

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17424>

ARTIGO

A construção interrompida do “lar do povo” e o mercado de trabalho nos países nórdicos

*Paulo José Whitaker Wolf**

Resumo

Nos países nórdicos – Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia – o Estado assumiu um papel mais contundente no atendimento das necessidades das pessoas em substituição ao mercado e à família na provisão de bens e serviços por meio da mobilização da política econômica e da política social. Esse processo avançou após a Segunda Guerra Mundial, mas perdeu força a partir da década de 1970, sobretudo depois da crise financeira de 2008 e da crise migratória de 2015. Ainda que os países nórdicos continuem em uma posição muito mais favorável que outros países, a maior resistência em mobilizar a política econômica e a política social se refletiu na deterioração das condições do mercado de trabalho, incluindo o aumento dos empregos com contrato de trabalho atípico, o aumento dos que precisam recorrer a mais de um emprego, a piora das condições de trabalho, a elevação do desemprego e o aumento da duração do desemprego. Ainda que todos na força de trabalho tenham sido afetados, os homens, geralmente jovens, os com menor escolaridade e os estrangeiros foram os grupos mais prejudicados nesse processo.

Palavras-chave: Estado de bem-estar social; Mercado de trabalho; Relações de trabalho.

JEL: J21, J22, J28, J31, J64, J80.

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2173-0577>

E-mail: pjwwolf@unicamp.br



Agradecimento: O presente estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

The interrupted construction of the “people's home” and the labor market in the Nordic countries

Abstract

In the Nordic countries – Denmark, Finland, Iceland, Norway, and Sweden – the State has taken on a stronger role in meeting people's needs, replacing the market and the family in the provision of goods and services through the mobilization of economic and social policy. This process advanced after World War II, but lost momentum from the 1970s on, especially after the 2008 financial crisis and the 2015 migration crisis. Even though the Nordic countries remain in a much more favorable position than other countries, the greater resistance to mobilizing economic policy and social policy has been reflected in deteriorating labor market conditions, including an increase in jobs with atypical employment contracts, an increase in those who need to resort to more than one job, worsening working conditions, rising unemployment, and an increase in the duration of unemployment. While everyone in the labor force has been affected, men, usually young, the less educated, and the foreigners have been the groups most affected in this process.

Keywords: Welfare State; Labor market; Labor relations.

La construcción interrumpida del “hogar popular” y el mercado laboral en los países nórdicos

Resumen

En los países nórdicos – Dinamarca, Finlandia, Islandia, Noruega y Suecia – el Estado asumió un papel más importante en la satisfacción de las necesidades de las personas, sustituyendo al mercado y a la familia en la provisión de bienes y servicios mediante la movilización de la política económica y social. Este proceso avanzó tras la Segunda Guerra Mundial, pero perdió impulso a partir de la década de 1970, especialmente tras la crisis financiera de 2008 y la crisis migratoria de 2015. Aunque los países nórdicos siguen estando en una posición mucho más favorable que otros países, la mayor resistencia a movilizar la política económica y la política social se ha reflejado en el deterioro de las condiciones del mercado laboral, incluido un aumento de los puestos de trabajo con contratos laborales atípicos, un incremento de las personas que necesitan recurrir a más de un empleo, un empeoramiento de las condiciones laborales, un aumento del desempleo y una mayor duración del mismo. Aunque toda la población activa se ha visto afectada, los hombres, generalmente jóvenes, los menos formados y los extranjeros han sido los grupos más afectados en este proceso.

Palabras clave: Estado del bienestar; Mercado laboral; Relaciones laborales.

La construction interrompue de la “maison du peuple” et le marché du travail dans les pays nordiques

Résumé

Dans les pays nordiques – Danemark, Finlande, Islande, Norvège et Suède – l'État a assumé un rôle plus important dans la satisfaction des besoins des personnes, remplaçant le marché et la famille dans la fourniture de biens et de services par la mobilisation de la politique économique et de la politique sociale. Ce processus a progressé après la Seconde Guerre mondiale, mais s'est essoufflé à partir des années 1970, en particulier après la crise financière de 2008 et la crise migratoire de 2015. Même si les pays nordiques restent dans une position beaucoup plus favorable que d'autres pays, la plus grande résistance à la mobilisation de la politique économique et de la politique sociale s'est traduite par une détérioration des conditions du marché du travail, y compris une augmentation des emplois avec des contrats de travail atypiques, une augmentation de ceux qui doivent recourir à plus d'un emploi, une détérioration des conditions de travail, un chômage plus élevé et une durée de chômage plus longue. Bien que tous les membres de la population active aient été touchés, les hommes, généralement jeunes, moins éduqués et les étrangers ont été les groupes plus affectés par ce processus.

Mots-clés: État-providence; Marché du travail; Relations de travail.

Introdução

Os países nórdicos compreendem a Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia, localizados no norte da Europa. Os territórios que correspondem à Dinamarca, Islândia, Noruega e Suécia foram ocupados principalmente por povos de origem germânica, enquanto o território que corresponde à Finlândia foi ocupado principalmente por povos de origem fínica. A Noruega foi unificada entre 872 e 930, a Dinamarca entre 958 e 985 e a Suécia entre 970 e 995. A Suécia ocupou e incorporou o território que corresponde à Finlândia em 1249. A Noruega ocupou e incorporou o território que corresponde à Islândia em 1262. A Dinamarca, a Noruega e a Suécia foram unificadas em 1397. A Suécia tornou-se independente da união e a Noruega foi unida à Dinamarca em 1523. A Finlândia tornou-se independente da Suécia e foi unida ao Império Russo em 1809. A Noruega tornou-se independente da Dinamarca e foi unida à Suécia em 1814. A Noruega tornou-se independente da Suécia em 1905. A Finlândia tornou-se independente do Império Russo em 1917. E a Islândia tornou-se independente da Dinamarca em 1944.

Como os processos de formação nacional dos países nórdicos estão relacionados, esses países possuem muitas semelhanças entre si. Isso inclui o Estado ter assumido um papel mais contundente no atendimento das necessidades das pessoas relativamente ao mercado e à família e demais formas tradicionais de provisão por meio da mobilização da política econômica e da política social.

O objetivo do artigo é analisar como o Estado mobilizou a política econômica e a política social nos países nórdicos durante a crise financeira iniciada em 2008 e a crise migratória iniciada em 2015 e como isso afetou o mercado de trabalho desses países nesse período.

Para tanto, ele está dividido em mais seções além desta introdução. Na segunda seção, é apresentado como o Estado mobilizou a política econômica e a política social nos países nórdicos e como isso afetou o mercado de trabalho nesses países. Na terceira seção, são apresentadas evidências sobre o mercado de trabalho nos países nórdicos a partir de um conjunto de indicadores selecionados. E, na quarta seção, são apresentadas as conclusões.

1. Estado e mercado de trabalho nos países nórdicos

No capitalismo, as pessoas que não possuem dinheiro para comprar no mercado o que precisam para viver são obrigadas a vender a sua força de trabalho em troca de dinheiro ou recorrer à ajuda de familiares, amigos e conhecidos próximos que vendem a sua força de trabalho em troca de dinheiro. Entretanto, a compra da força de trabalho depende das decisões de produção, que depende das decisões de crédito e de gasto das pessoas que

possuem dinheiro e que são tomadas a partir de expectativas formadas em contexto de incerteza. Isso faz que a compra da força de trabalho ganhe força em alguns momentos e perca força em outros, mas nunca seja capaz de assegurar que todas as pessoas que precisam vender a sua força de trabalho em troca de dinheiro para comprar o que precisam para si e seus dependentes encontrem um comprador.

Porque o mercado e a família, amigos e conhecidos próximos não são capazes de atender as necessidades das pessoas sozinhos, o Estado deve assumir um papel mais contundente nesse processo por meio da mobilização da política econômica e da política social, cujos instrumentos incluem a legislação trabalhista, pensão por idade, pensão por invalidez, pensão por morte do provedor, pensão por enfermidade, pensão por acidente ou enfermidade relacionados ao trabalho, pensão por desemprego, pensão por maternidade, pensão por paternidade, pensão parental, pensão para cuidado de longo prazo, abonos por filhos, serviços de cuidado e educação de crianças, serviços de cuidado de longo prazo, serviços de intermediação de mão de obra, serviços de treinamento, subsídios para contratação de pessoas desempregadas, contratação direta de pessoas desempregadas, renda de última instância, serviços de educação, serviços de saúde, serviços de habitação, outros gastos públicos, tributos, taxa de juros, taxa de câmbio, tarifas alfandegárias, controles de capitais etc.

Os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) avançaram mais do que qualquer outro país nesse processo depois da Segunda Guerra Mundial. Diversos fatores contribuíram para isso: a existência de economias avançadas, o que favorecia a geração de recursos; burocracias eficientes, o que facilitava a tomada e a implementação de decisões; direitos civis e direitos políticos amplos, o que aumentava os meios de pressão social; sociedades homogêneas, o que facilitava a percepção de uma identidade comum; e normais sociais progressistas, o que favorecia a ampliação da proteção social. Também contribuíram para isso as lembranças de duas grandes guerras separadas entre si por uma grande depressão, ainda muito próximas e concretas, o avanço do comunismo no mundo e o acirramento das tensões da Guerra Fria.¹

Os partidos socialdemocratas da Dinamarca, Finlândia, Islândia e Suécia e o partido trabalhista da Noruega lideraram esse processo apoiados no discurso da construção do “lar do povo”, ou seja, de países compostos por indivíduos iguais e em que todos são responsáveis por todos. E os partidos liberais e conservadores fizeram pouco para impedi-los.

¹ Sobre as características do sistema de proteção social nos países nórdicos e seus efeitos sobre as condições de vida nesses países, ver Erikson et al. (1987), Esping-Andersen (1990), Kolberg e Esping-Andersen (1991), Stephens (1996), Abrahamson (1999), Kautto, Heikkilä et al. (1999), Bjørnson (2001), Christiansen e Petersen (2001), Jonsson (2001), Kautto, Fritzell et al. (2001), Kettunen (2001), Lundberg e Åmark (2001), Kautto e Kvist (2002), Kuhnle e Horst (2004), Kvist et al. (2012), Kangas e Palme (2005), Kautto (2010) e Kangas e Kvist (2019).

Por meio da maior mobilização da política econômica e da política social, o Estado estimulou mais o mercado de trabalho nos países nórdicos. De um lado, ele contribuiu para que mais pessoas pudessem trabalhar. De outro lado, ele contribuiu para criação de mais vagas de trabalho com boas condições de trabalho. Como resultado, mais pessoas tinham um bom trabalho.

A partir da década de 1970, os países nórdicos passaram a estar menos dispostos a mobilizar a política econômica e a política social. Esses países continuavam a ter economias avançadas, estados desenvolvidos e direitos civis e direitos políticos amplos, mas passavam a ter sociedades cada vez menos homogêneas. Também as lembranças de duas grandes guerras separadas entre si por uma grande depressão tornavam-se mais distantes e abstratas, o comunismo perdia força no mundo e as tensões da Guerra Fria se distendiam.

Além disso, os países nórdicos passaram a estar sujeitos às regras do projeto de integração regional europeu. Esses países permaneceram distantes desse projeto enquanto ele dava os seus primeiros passos, mas reconsideraram à medida que ele se tornava maior e mais forte. A Dinamarca ingressou nesse projeto em 1973 e foi seguida pela Suécia e pela Finlândia em 1995. A Noruega e a Islândia preferiram permanecer fora e proceder com negociações bilaterais para aumentar a cooperação com seus vizinhos europeus em áreas de interesse comum.

O projeto de integração regional europeu acabou reforçando as pressões no sentido de enfraquecer a política econômica e a política social e reduzir a articulação entre elas. No que se refere à política econômica, o bloco avançou na coordenação das políticas fiscal, monetária e cambial dos países membros, um processo que culminou na criação de uma moeda comum. A Suécia e a Finlândia se comprometeram em adotar a moeda comum, mas apenas a Finlândia avançou para essa etapa. Dessa forma, ela transferiu o controle sobre a política monetária e a política cambial para o Eurossistema, que reforçou a prioridade na manutenção da estabilidade de preços. A Dinamarca obteve o direito de não adotar a moeda comum, mas concordou em atrelar o valor da sua moeda a essa moeda. Dessa forma, ela manteve o controle sobre a política monetária e a política cambial, mas subordinou essas políticas às decisões do Eurossistema. Tanto a Finlândia, que adotou a moeda comum, como a Dinamarca e a Suécia, que conservaram as suas moedas, mantiveram o controle sobre a política fiscal, mas ela passou a estar sujeita às rígidas regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que reforçou a prioridade no equilíbrio dos orçamentos e na estabilidade da dívida pública.

Já no que se refere à política social, o bloco se tornou um grande defensor do modelo de “flexigurança” baseado na experiência da Holanda e da Dinamarca naquele momento. Segundo esse modelo, o Estado deveria facilitar a demissão de empregados ao

mesmo tempo em que deveria proteger os indivíduos que não podem trabalhar e os indivíduos que podem trabalhar e perderam o emprego. Dessa forma, a maior insegurança decorrente da flexibilização das regras para os contratos de trabalho deveria ser compensada pelo fortalecimento das demais áreas da política social. Entretanto, havia pouco que o bloco pudesse fazer nesse sentido, uma vez que as competências dele nessa área eram bastante restritas. Na prática, a prioridade de manter o equilíbrio do orçamento e a estabilidade da dívida pública e a necessidade de aumentar a competitividade externa pressionaram os países no sentido de avançar na flexibilidade e retroceder na segurança.²

É verdade que o bloco criou políticas e instrumentos financiados pelo orçamento comum com o objetivo de reforçar as ações dos países membros para assegurar que os indivíduos fossem capazes de atender as suas necessidades fundamentais. Entretanto, a capacidade dessas políticas e instrumentos fazerem a diferença era limitada pelo tamanho reduzido do orçamento do bloco e pela impossibilidade de ele captar recursos no mercado por meio da emissão de títulos de dívida. Além disso, a maior parte desses recursos disponíveis era direcionada para os países mais atrasados do bloco, restando pouco para os demais.

Depois da crise financeira iniciada em 2008, os países nórdicos passaram a estar ainda menos dispostos a mobilizar a política econômica e a política social. O aumento da incerteza e a deterioração das expectativas geradas pelo colapso do mercado de crédito dos Estados Unidos foram agravados pelo aumento das dúvidas em relação à capacidade dos países europeus mais atrasados continuarem pagando as suas dívidas, levando à redução do consumo e do investimento e do comércio internacional. A Islândia foi o país nórdico mais atingido, mas Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia não permaneceram imunes a esse processo.

O projeto de integração europeu reforçou a menor disposição dos países nórdicos de mobilizar a política econômica e a política social no caso de Dinamarca, Finlândia e Suécia. No que se refere à política econômica, ele foi inicialmente permissivo em relação à redução dos controles sobre a política fiscal pelos países membros, mas não demorou para sancionar a pressão dos credores e pressionar no sentido da adoção dos ajustes fiscais por meio do aumento da supervisão do orçamento dos países e do enrijecimento das regras e punições previstas no Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Eurossistema foi mais cauteloso na flexibilização da política monetária e da política cambial, ainda que tenha também aumentado a oferta no mercado de moeda nacional e contribuído para a redução da taxa de juros e não atuado no mercado de moeda estrangeira e contribuído para o aumento da taxa de câmbio. Isso afetou principalmente a Finlândia, que adotou a moeda comum, e a Dinamarca, que atrelou o valor da sua moeda ao da moeda comum.

² Sobre o modelo de “flexigurança”, ver Wilthagen e Tros (2004) e Madsen (2007).

No que se refere à política social, o bloco manteve a sua ênfase no modelo de flexigurança, mas o aumento das pressões para que os países avançassem no ajuste fiscal e a maior necessidade de aumentar a competitividade externa obrigou os países a avançar na redução das regras para demissão de empregados e reduzir a proteção dos indivíduos que não podem trabalhar e dos indivíduos que podem trabalhar e perderam o emprego.

O bloco manteve as políticas e instrumentos financiados pelo orçamento e destinados a reforçar as ações dos países membros destinados a atender as necessidades fundamentais dos indivíduos. Mas a capacidade dessas políticas e instrumentos de fazer a diferença nesses países se tornou ainda mais limitada na medida em que os recursos do orçamento se tornaram ainda mais escassos e que a prioridade de alocação desses recursos nos países mais atrasados do bloco foi reforçada.³

Parte dessas reformas foi levada a cabo pelos partidos liberais e conservadores, que ganharam espaço nos países nórdicos naquele momento. A outra parte foi levada a cabo pelos partidos socialdemocratas e trabalhistas, que continuaram a ter um papel importante nesses países, mas revisaram o seu discurso sob o argumento de que era necessário ajustá-lo aos novos tempos e passaram a atribuir maior ênfase à responsabilidade do indivíduo e daqueles que estão mais próximos dele pelo atendimento das suas necessidades fundamentais.

Por meio da menor mobilização da política econômica e da política social, o Estado estimulou menos o mercado de trabalho nos países nórdicos. De um lado, ele contribuiu para que menos pessoas pudessem trabalhar. De outro lado, ele contribuiu para criação de menos vagas de trabalho com boas condições de trabalho. Como resultado, menos pessoas tinham um bom trabalho.

Mas nem todos foram atingidos da mesma forma nesse processo. Os nacionais continuavam mais protegidos que os estrangeiros nos países nórdicos em função do caráter fortemente “chauvinista” da ação do Estado nesses países.⁴

Isso é particularmente grave considerando a crise migratória que atingiu a Europa a partir de 2015. A instabilidade em regiões da Ásia, da África e da Europa Oriental fez com que muitos indivíduos se arriscassem a cruzar a fronteira do bloco em busca de proteção e melhores condições de vida. A maior parte desses migrantes entrava pela Grécia e pela Itália e, daí, seguia para outros países do bloco, incluindo os países nórdicos, onde se somavam aos indivíduos em situação de vulnerabilidade em função da crise financeira.

³ Sobre as reformas dos sistemas de proteção social implementadas pelos países nórdicos depois de 2008 e o papel do projeto de integração regional europeu nesse processo, ver Wolf (2019).

⁴ Sobre sistemas de proteção social “chauvinistas” ver Careja et al. (2016).

O bloco buscou reduzir essa entrada de novos migrantes ao aumentar o controle nas fronteiras externas e estabelecer acordos com os países vizinhos. Mas alguns países membros entenderam que essas medidas não eram suficientes e reintroduziram controles em suas fronteiras internas, alegando o aumento dos riscos à ordem pública e à segurança interna. A despeito de firme oposição do bloco, Alemanha, Áustria, Eslovênia, Hungria, Malta, Noruega e Suécia reintroduziram o controle nas fronteiras internas em 2015, enquanto Bélgica, Dinamarca e França fizeram isso em 2016.

2. Evidências do mercado de trabalho nos países nórdicos entre 2008 e 2018

A seguir, serão considerados indicadores selecionados para ilustrar o efeito da crise financeira e da crise migratória sobre as condições do mercado de trabalho de Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia entre 2008 e 2018 (conforme os dados disponíveis). As porcentagens apresentadas são o resultado da média aritmética dos números observados para cada um desses países no período considerado.

Como visto, ao mobilizar a política econômica e a política social, o Estado é capaz de contribuir para que mais pessoas possam trabalhar e para que mais vagas de trabalho com boas condições de trabalho sejam criadas nos países nórdicos, permitindo que mais pessoas tenham um bom trabalho nesses países. Entretanto, a menor disposição do Estado de mobilizar a política econômica e a política social depois da crise financeira e da crise migratória nos países nórdicos contribuiu para a deterioração do mercado de trabalho nesses países, com a redução do emprego, o aumento da importância dos empregos com contratos de trabalho atípicos, o aumento da importância dos indivíduos que precisam assumir mais de um emprego, o aumento do desemprego e a extensão da duração desse desemprego.

Como mostra a Tabela 1, o nível de emprego tende a ser mais elevado entre os indivíduos adultos, já que os jovens tendem a estar estudando e os idosos recebendo alguma pensão que permite que eles estejam fora do mercado de trabalho; entre os homens, já que as mulheres ainda são as principais responsáveis por permanecer em casa e cuidar da família; entre os indivíduos de maior escolaridade, já que a menor qualificação torna mais difícil assumir as oportunidades que exigem conhecimentos e capacidades específicos; e entre os indivíduos nacionais, já que as diferenças culturais e a discriminação dificultam a incorporação dos estrangeiros no mercado de trabalho. Depois da crise, os indivíduos jovens, homens, de menor escolaridade e estrangeiros foram os maiores prejudicados, já que eles ocupam posições com menos garantias e mais vulneráveis aos movimentos de expansão e de crise da economia.

**Tabela 1. Taxa de ocupação por idade, gênero, escolaridade e nacionalidade (% da PIA).
Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).**

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Por idade						
15 a 24 anos	56,5	49,8	50,9	51,7	54,1	53,5
25 a 64 anos	81,8	79,1	79,9	80,5	81,3	81,4
Mais de 65 anos	13,3	14,0	14,3	14,0	14,9	14,5
Por gênero						
Homens (15 a 64 anos)	79,8	75,4	76,1	76,8	78,2	78,2
Mulheres (15 a 64 anos)	74,0	71,4	72,3	73,0	74,2	74,3
Por escolaridade						
Ensino secundário I (15 a 64 anos)	60,3	54,9	54,0	52,8	54,0	53,2
Ensino secundário II (15 a 64 anos)	80,8	76,9	78,0	78,3	79,1	79,4
Ensino terciário (15 a 64 anos)	88,6	86,9	87,4	87,1	87,6	87,7
Por nacionalidade						
Nacionais (15 a 64 anos)	77,4	73,9	74,8	75,5	76,9	76,9
Estrangeiros (15 a 64 anos)	69,1	63,4	65,8	67,1	67,8	69,2

Fonte: Eurostat. Elaboração própria. Obs.: PIA é a população em idade ativa (entre 15 e 64 anos de idade).

Mas existem diferenças importantes entre os países. Considerando a idade, o emprego entre os indivíduos de 25 a 64 anos foi maior do que entre os indivíduos de 15 e 24 anos, que foi maior do que entre os indivíduos com mais de 65 anos em todos os países. Depois da crise, os maiores atingidos foram os indivíduos de 15 a 24 anos, seguidos pelos indivíduos de 25 a 64 anos e pelos indivíduos com mais de 65 anos em todos os países. O emprego entre os indivíduos de 15 a 24 anos foi maior na Islândia, seguida por Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia. Depois de 2008, ele chegou a cair em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Islândia e na Suécia. O emprego entre os indivíduos de 25 a 64 anos foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Depois da crise, ele diminuiu em todos os países e se recuperou apenas na Islândia e Suécia. E o emprego entre os indivíduos com mais de 65 anos foi maior na Islândia, seguida por Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia. Depois de 2008, ele chegou a cair na Dinamarca, Islândia, Noruega e Suécia, mas retornou ao patamar anterior à crise na Noruega.

No que se refere ao gênero, o emprego entre os homens foi maior do que entre as mulheres em todos os países. Depois da crise, os maiores atingidos foram os homens em todos os países. O emprego entre os homens foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Depois de 2008, ele chegou a cair em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Islândia e na Suécia. Já o emprego entre as mulheres

foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Depois da crise, ele diminuiu em todos os países e se recuperou apenas na Islândia e na Suécia.

Considerando a escolaridade, o emprego entre os indivíduos com ensino terciário foi maior do que entre os indivíduos com a segunda etapa do ensino secundário, que foi maior do que entre os indivíduos com a primeira etapa do ensino secundário em todos os países. Depois da crise, os indivíduos com a primeira etapa do ensino secundário foram os mais afetados, seguidos pelos indivíduos com a segunda etapa do ensino secundário e pelos indivíduos com o ensino terciário em todos os países. O emprego entre os indivíduos com a primeira etapa do ensino secundário foi maior na Islândia, seguida por Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia. Depois de 2008, ele chegou a cair em todos os países e não retornou ao patamar anterior à crise em nenhum deles. O emprego entre os indivíduos com a segunda etapa do ensino secundário foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Depois da crise, ele diminuiu em todos os países e se recuperou apenas na Islândia e na Suécia. E o emprego entre os indivíduos com ensino terciário foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Depois de 2008, ele chegou a cair em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Islândia e na Suécia.

Por fim, no que se refere à nacionalidade, o emprego entre os indivíduos nacionais foi maior do que entre os indivíduos estrangeiros na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, mas não na Islândia, onde o emprego entre os indivíduos estrangeiros foi maior do que entre os indivíduos nacionais. Depois da crise, os indivíduos estrangeiros foram mais afetados que os nacionais em todos os países. O emprego entre os indivíduos nacionais foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Depois de 2008, ele caiu em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Islândia e na Suécia. O emprego entre os indivíduos estrangeiros foi maior na Islândia, seguida por Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia. Depois da crise, ele diminuiu em todos os países e se recuperou apenas na Islândia e na Dinamarca.

Já a Tabela 2 mostra que uma parte importante dos indivíduos está empregada em atividades de manufatura e em atividades de comércio nos países nórdicos, tal como em outros países. Diferentemente deles, uma parte importante dos indivíduos está empregada em atividades administrativas públicas, em atividades de educação e em atividades de saúde e serviços sociais nesses países. Mudanças na estrutura produtivas dos países nórdicos levaram a uma mudança na estrutura ocupacional desses países, com o aumento da importância dos empregos nas atividades do setor terciário e nas atividades intensivas em tecnologia, como atividades de energia, atividades de informação e comunicação, atividades profissionais, científicas e técnicas, atividades administrativas privadas, atividades administrativas públicas, atividades de educação, atividades de saúde e serviços sociais, e

atividades de artes e entretenimento. A crise e a posterior recuperação também afetaram a estrutura ocupacional desses países, com flutuações mais pronunciadas na importância do emprego em atividades mais sensíveis aos movimentos da economia, como as atividades imobiliárias, as atividades financeiras, as atividades de transporte e armazenamento, as atividades de comércio, as atividades de alimentação e acomodação e as atividades de construção civil.

Tabela 2. Distribuição dos ocupados por ramo de atividade (% do total dos ocupados). Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).

Ramo de atividade econômica	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	3,0	3,2	3,1	2,9	2,6	2,5
Mineração	0,4	0,5	0,6	0,7	0,6	0,5
Manufatura	13,2	12,0	12,0	11,3	10,8	10,6
Energia	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6
Saneamento	0,5	0,4	0,5	0,5	0,4	0,5
Construção	7,7	6,6	6,6	6,6	6,7	6,9
Comércio	13,4	13,1	13,1	12,9	13,2	13,1
Transporte e armazenamento	5,4	5,4	5,3	5,3	5,4	5,4
Acomodação e alimentação	3,2	3,6	3,6	4,0	4,1	4,1
Informação e comunicação	4,0	4,0	4,2	4,2	4,4	4,4
Financeiras	2,9	2,9	2,8	2,7	2,4	2,4
Imobiliárias	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0
Profissionais, científicas e técnicas	5,7	6,0	6,1	6,3	6,5	6,5
Administrativas privadas	3,5	3,6	3,8	4,0	4,2	4,3
Administrativas públicas	5,5	5,5	5,5	5,3	5,5	5,6
Educação	9,0	9,4	9,4	9,8	9,7	9,7
Saúde e serviços sociais	15,6	16,9	16,6	16,4	16,2	16,3
Artes e entretenimento	2,2	2,4	2,5	2,6	2,6	2,5
Outras	3,2	2,9	3,0	3,0	3,1	3,1

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

Mas há importantes diferenças entre os países. A maior parte dos indivíduos está empregada em atividades de saúde e serviços sociais na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, mas não na Islândia, onde a maior parte dos indivíduos está empregada nas atividades de comércio. A importância do emprego nas atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, nas atividades de energia, nas atividades de transporte e armazenamento, nas atividades de acomodação e alimentação, nas atividades de informação e comunicação, nas

atividades financeiras, nas atividades de educação e nas atividades de artes e entretenimento foi maior na Islândia, a importância do emprego nas atividades de mineração, nas atividades de construção, nas atividades administrativas públicas e nas atividades de saúde e serviços sociais foi maior na Noruega, a importância do emprego nas atividades de manufatura foi maior na Finlândia, a importância do emprego nas atividades de saneamento e nas atividades de comércio foi maior na Dinamarca, e a importância do emprego nas atividades imobiliárias, nas atividades profissionais, científicas e técnicas, e nas atividades administrativas privadas foi maior na Suécia.

Depois da crise, houve um aumento da importância do emprego nas atividades de comércio, nas atividades de acomodação e alimentação, nas atividades de informação e comunicação, nas atividades profissionais, técnicas e científicas, nas atividades administrativas privadas, nas atividades de educação, nas atividades de saúde e serviços sociais, e nas atividades de artes e entretenimento na Dinamarca, um aumento da importância do emprego nas atividades de energia, nas atividades de saneamento, nas atividades de construção, nas atividades de informação e comunicação, nas atividades financeiras, nas atividades imobiliárias, nas atividades profissionais, científicas e técnicas, nas atividades administrativas privadas, nas atividades administrativas públicas, nas atividades de educação, nas atividades de saúde e serviços sociais, e nas atividades de artes e entretenimento na Finlândia, um aumento da importância do emprego nas atividades de saneamento, nas atividades de comércio, nas atividades de transporte e armazenamento, nas atividades de acomodação e alimentação, nas atividades de informação e comunicação, nas atividades imobiliárias, nas atividades profissionais, científicas e técnicas, nas atividades administrativas privadas, nas atividades de educação, e nas atividades de saúde e serviços sociais na Islândia, um aumento da importância do emprego nas atividades de mineração, nas atividades de energia, nas atividades de construção, nas atividades de acomodação e alimentação, nas atividades de informação e comunicação, nas atividades profissionais, científicas e técnicas, nas atividades administrativas privadas, nas atividades administrativas públicas, nas atividades de saúde e serviços sociais, e nas atividades de artes e entretenimento na Noruega, e um aumento da importância do emprego nas atividades de energia, nas atividades de construção, nas atividades de acomodação e alimentação, nas atividades de informação e comunicação, nas atividades imobiliárias, nas atividades profissionais, científicas e técnicas, nas atividades administrativas privadas, nas atividades administrativas públicas, nas atividades de educação, e nas atividades de artes e entretenimento na Suécia.

Como revela a Tabela 3, a maior parte dos indivíduos está empregada nas cidades nos países nórdicos, já que esses países possuem estruturas produtivas mais baseadas nos setores secundário e terciário do que no setor primário e mais baseadas em atividades

intensivas em tecnologia do que em trabalho e recursos naturais. Depois da crise, a importância do emprego nas cidades aumentou em função do avanço do processo de diversificação e integração das estruturas produtivas desses países, da menor proteção do emprego no campo e da maior sensibilidade do emprego no campo aos movimentos de expansão e de crise da economia.

Tabela 3. Distribuição dos empregados entre áreas rurais e áreas urbanas (% do total de empregados). Países nórdicos: 2012 a 2018 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Áreas rurais	-	-	31,5	31,0	29,4	29,4
Áreas urbanas	-	-	68,5	69,0	70,6	70,6

Fonte: Organização Internacional do Trabalho. Elaboração própria.

No período considerado, a importância dos indivíduos empregados nas cidades foi maior do que a importância dos indivíduos empregados no campo em todos os países. Essa importância foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Finlândia, Dinamarca e Noruega. Depois de 2008, ela chegou a aumentar na Dinamarca, Finlândia, Islândia e Suécia e em nenhum deles retornou ao patamar anterior à crise.

A Tabela 4 revela que, embora a importância do emprego no setor privado seja maior, a importância do emprego no setor público é considerável por esses países possuírem sistemas de proteção social sofisticados e de atribuírem grande ênfase a provisão de serviços pelo setor público. Depois da crise, o ajuste fiscal e a tentativa de conter e, no limite, reverter a expansão do gasto com a administração pública levou a uma redução do ritmo de contratação do setor público e a demissão de empregados já contratados.

Tabela 4. Distribuição dos empregados entre setor privado e setor público (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2016 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Setor público	27,5	28,6	28,2	28,2	28,1	-
Setor privado	72,5	71,4	71,8	71,8	71,9	-

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

No período em questão, a importância dos indivíduos empregados no setor privado foi maior do que a importância dos indivíduos empregados no setor público em todos os países nórdicos. Essa importância foi maior na Finlândia, seguida por Suécia, Dinamarca e Noruega. Depois da crise, ela caiu na Dinamarca, Finlândia e Suécia e retornou ao patamar anterior à crise em todos eles, com exceção da Suécia.

Como demonstra a Tabela 5, a maior parte dos indivíduos é assalariada nos países nórdicos. Depois da crise, a importância dos indivíduos assalariados diminuiu e a importância dos indivíduos autônomos aumentou com o crescimento das demissões e a busca de uma nova fonte de remuneração por aqueles que perderam o emprego. Esse processo foi revertido tão logo as empresas voltaram a contratar.

Tabela 5. Distribuição dos empregados entre assalariados e autônomos (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Assalariados	90,0	89,8	89,9	90,2	90,5	91,0
Autônomos	9,7	9,9	9,6	9,6	9,2	8,8
Outros	0,3	0,3	0,5	0,2	0,3	0,2

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

No período considerado, a importância dos indivíduos assalariados foi maior do que a importância dos indivíduos autônomos em todos os países nórdicos. Essa importância foi maior na Noruega, seguida por Dinamarca, Suécia, Islândia e Finlândia. Depois de 2008, ela chegou a cair em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise em todos eles.

Já a Tabela 6 demonstra que a maior parte dos indivíduos está empregada em pequenas e médias empresas nesses países e que essa importância aumentou depois da crise. De fato, muitas pessoas que perderam o emprego durante a crise criaram pequenos e médios negócios. Esses negócios contrataram muitas outras pessoas que também perderam o emprego nesse período. Além disso, os grandes estabelecimentos usaram a crise como justificativa para terceirizar postos de trabalho e para acelerar o processo de implementação de tecnologias que poupam trabalho. As pequenas e médias empresas são mais lentas na adoção dessas tecnologias e atuam principalmente nos setores intensivos em trabalho.

Tabela 6. Distribuição dos empregados por tamanho do empregador (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2016 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
250 empregados ou mais	47,7	45,8	46,9	46,9	45,3	-
Entre 50 e 249 empregados	25,8	25,7	25,6	26,2	26,8	-
Até 49 empregados	26,5	28,5	27,5	26,9	27,9	-

Fonte: OCDE. Elaboração própria.

No período em análise, aumentou a participação dos empregados em pequenas e médias empresas (principalmente na Noruega, seguida por Dinamarca, Suécia e Finlândia). Ou seja, depois da crise, verificou-se uma tendência nessa direção em todos esses países. Mas os empregados em grandes estabelecimentos (no conjunto dos países nórdicos) ainda representavam 45% da força de trabalho em 2016.

Como explicita a Tabela 7, a maior parte dos indivíduos possui contrato de duração indeterminada nos países nórdicos, uma vez que as exigências para contratos com duração determinada são elevadas e que as garantias inerentes a esses contratos são reduzidas nesses países. Depois da crise, a importância dos indivíduos com contrato com duração indeterminada diminuiu e a importância dos indivíduos com contrato com duração determinada aumentou em função do crescimento das demissões e da busca de alternativas pelos que perderam o emprego.

Tabela 7. Distribuição dos empregados por duração do contrato de trabalho (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Contrato de duração determinada	10,4	10,8	11,0	11,1	11,9	11,6
Contrato de duração indeterminada	89,6	89,2	89,0	88,9	88,1	88,4

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

No período considerado, a importância dos indivíduos empregados com contrato de duração indeterminada foi maior do que a importância dos indivíduos empregados com contrato de duração determinada em todos os países. Essa importância foi maior na Noruega, seguida por Islândia, Dinamarca, Finlândia e Suécia. Depois de 2008, ela chegou a cair em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Noruega.

A Tabela 8 explicita que, embora a importância dos indivíduos com contrato de trabalho inferior a três meses seja bastante reduzida nos países nórdicos, ela aumentou depois da crise com o aumento das demissões e a busca de alternativas de remuneração pelos que perderam emprego.

Tabela 8. Participação dos contratos de trabalho com duração inferior a três meses (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Contrato com duração inferior a 3 meses	2,9	3,3	3,3	3,0	3,0	2,4

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

No período em questão, a importância dos indivíduos empregados com contrato de trabalho de duração inferior a três meses foi maior na Finlândia, seguida por Islândia, Suécia, Dinamarca e Noruega. Depois da crise, ela cresceu em todos os países e se recuperou em todos eles, com exceção da Finlândia.

Como evidencia a Tabela 9, a maior parte dos indivíduos empregados com contrato de trabalho com duração determinada aceitou esse contrato porque não tem alternativa, seguido por aqueles que têm preferência pessoal, que participam de educação e treinamento e que estão em período probatório. Isso é natural, já que os indivíduos são mais relutantes em escolher um contrato que oferece menos garantias se não houver uma razão suficientemente boa para isso. Depois da crise, a importância dos indivíduos empregados com contrato de trabalho com duração determinada que aceitaram esse contrato por falta de alternativa e por período probatório aumentou. Isso é natural, já que o aumento das demissões fez com que mais indivíduos tenham sido contratados recentemente e que uma parte importante deles não teve opção a não ser aceitar esse tipo de contrato.

Tabela 9. Distribuição dos motivos que explicam o contrato de trabalho de duração determinada (%). Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Falta de alternativa	40,7	44,5	46,3	46,4	41,9	43,6
Preferência	34,0	29,1	28,2	25,5	31,0	30,8
Educação ou treinamento	13,7	13,4	12,6	12,8	11,2	10,9
Período probatório	6,5	5,6	6,2	5,8	6,5	6,9
Outros	5,1	7,5	6,8	9,4	9,3	7,9

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

No período considerado, a maior parte dos indivíduos assalariados com contrato de trabalho com duração determinada aceitou esse contrato porque não tinha alternativa na Dinamarca, na Finlândia, na Noruega e na Suécia, mas não na Islândia, onde a maior parte dos indivíduos aceitou esse contrato porque era uma preferência pessoal. A importância dos indivíduos empregados com contrato de trabalho de duração determinada que aceitou esse contrato por falta de alternativa foi maior na Finlândia, a importância dos indivíduos empregados que aceitou esse contrato por preferência pessoal foi maior na Islândia, a importância dos indivíduos empregados que aceitou esse contrato por participar de educação e treinamento foi maior na Dinamarca e a importância dos indivíduos empregados que aceitou esse contrato por estar em período probatório foi maior na Suécia. Depois de 2008, houve um aumento da importância dos indivíduos assalariados com contrato de trabalho com duração determinada

que aceitaram esse contrato por falta de alternativa, por preferência pessoal e por estar em período probatório na Dinamarca, por falta de alternativa na Finlândia, por falta de alternativa e por estar em período probatório na Islândia, por falta de alternativa e por participar de educação e treinamento na Noruega, e por falta de alternativa, por preferência pessoal, por participar de educação e treinamento e por estar em período probatório na Suécia.

Já a Tabela 10 mostra que a maior parte dos empregados possui contrato de trabalho com jornada em tempo integral nos países nórdicos, uma vez que as regras para adoção de jornada em tempo parcial são mais restritivas e as garantias inerentes a esse contrato são limitadas. Depois da crise, o aumento das demissões e a busca de alternativas fez com que a importância dos indivíduos empregados com jornada em tempo integral diminuísse e que a importância dos indivíduos com jornada em tempo parcial aumentasse.

Tabela 10. Distribuição dos empregados entre jornada em tempo integral e parcial (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Jornada em tempo parcial	21,9	23,0	22,4	22,4	23,0	22,4
Jornada em tempo integral	78,1	77,0	77,6	77,6	77,0	77,6

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

No período em questão, a importância dos indivíduos empregados com contrato de trabalho com jornada em tempo integral foi maior do que a importância dos indivíduos empregados com jornada em tempo parcial em todos os países. Essa importância foi maior na Finlândia, seguida por Islândia, Suécia, Dinamarca e Noruega. Depois de 2008, ela chegou a cair em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Noruega e na Suécia.

Como mostra a Tabela 11, a maior parte dos indivíduos empregados com contrato de trabalho com jornada em tempo parcial aceitou esse contrato por participação em educação e treinamento, seguida por falta de alternativa, razões pessoais e familiares diversas, enfermidade e incapacidade pessoais e cuidado de crianças e indivíduos incapacitados. Ainda que esse tipo de contrato tenha menos garantias, ele é frequentemente escolhido voluntariamente como forma de conciliar o trabalho com outras obrigações, evitando que seja necessário optar por um em detrimento do outro. Depois da crise, a importância dos indivíduos empregados com contrato de trabalho com jornada em tempo integral que aceitaram esse contrato por falta de alternativa, participação em educação e treinamento e por enfermidade e incapacidade pessoais aumentou. Muitos indivíduos empregados tiveram de aceitar uma redução da sua jornada de trabalho com redução da remuneração para evitar serem demitidos, enquanto muitos indivíduos que perderam o emprego não tiveram outra opção a

não ser aceitar esse tipo de contrato. Em alguns casos, os indivíduos empregados aceitaram reduzir a sua jornada e os indivíduos que perderam o emprego aceitaram esse tipo de contrato para poder frequentar cursos que aumentem a sua qualificação e, assim, buscar uma colocação mais vantajosa no mercado de trabalho.

**Tabela 11. Distribuição dos motivos que explicam a jornada em tempo parcial (%).
Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).**

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Falta de alternativa	18,8	23,3	23,5	23,9	22,3	21,4
Enfermidade ou incapacidade pessoais	9,1	8,6	8,8	9,5	9,6	9,5
Cuidado de crianças e indivíduos incapacitados	11,2	9,8	9,7	9,0	8,9	9,0
Outras razões pessoais e familiares	19,3	20,0	17,5	14,5	14,7	14,0
Educação e treinamento	28,8	28,0	30,1	30,2	30,0	31,1
Outros	12,9	10,3	10,5	13,1	14,4	15,1

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

No período considerado, a maior parte dos indivíduos assalariados com contrato de trabalho com jornada em tempo integral aceitou esse tipo de contrato para participar em educação e treinamento na Dinamarca, Islândia e Noruega e por falta de alternativa na Finlândia e na Suécia. A importância dos indivíduos assalariados com contrato de trabalho com jornada em tempo parcial que aceitou esse contrato por falta de alternativa e por responsabilidades pessoais e familiares diversas foi maior na Finlândia, a importância dos indivíduos empregados que aceitaram esse contrato por enfermidade ou incapacidade pessoal foi maior na Noruega, a importância dos indivíduos que aceitaram esses contratos para cuidar de crianças e indivíduos incapacitados foi maior na Suécia, e a importância dos indivíduos que aceitaram esse contrato para participar de educação e treinamento foi maior na Dinamarca. Depois da crise, houve um aumento da importância dos indivíduos empregados com contrato de trabalho com jornada em tempo parcial por falta de alternativa, enfermidade ou incapacidade pessoal e participação em educação e treinamento na Dinamarca, na Islândia e na Suécia, e por falta de alternativa e por enfermidade ou incapacidade pessoal na Finlândia e na Noruega.

A Tabela 12 mostra que os indivíduos que possuem qualificação compatível com as exigências das vagas que ocupam são a maioria dos empregados, e que os subqualificados aparecem em maior proporção do que os que possuem qualificação superior àquela que é exigida. Empregados subqualificados tendem a ser mais frequentes em setores mais sofisticados, enquanto indivíduos sobrequalificados tende a ser mais frequentes em setores menos sofisticados. Dessa forma, economias com elevada participação de setores mais

sofisticados tendem a ter uma importância maior dos indivíduos subqualificados, enquanto economias com elevada participação dos setores menos sofisticados tende a ter uma importância maior dos indivíduos sobrequalificados. Depois da crise, houve um aumento da importância dos indivíduos qualificados e dos indivíduos sobrequalificados. Diante da ameaça do desemprego, muitos indivíduos tiveram de aceitar uma ocupação que exigia uma qualificação menor do que eles possuíam em função da falta de alternativas.

Tabela 12. Distribuição dos empregados por compatibilidade da qualificação (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2014 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Subqualificados	27,4	26,2	21,9	21,5	-	-
Qualificados	62,7	63,8	64,9	65,4	-	-
Sobrequalificados	9,9	10,0	13,2	13,1	-	-

Fonte: OCDE. Elaboração própria. Obs.: Compatibilidade entre a qualificação do empregado e a qualificação exigida pela vaga ocupada.

No período em questão, a maior parte dos indivíduos empregados é qualificada para a vaga que ocupa em todos os países. Nos casos em que há incompatibilidade entre a qualificação do indivíduo e a qualificação exigida pela vaga ocupada, a maior parte desses empregados é subqualificada na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia e sobrequalificada na Islândia. A importância dos indivíduos qualificados e subqualificados foi maior na Finlândia e a importância dos indivíduos sobrequalificados foi maior na Islândia. Depois da crise, houve aumento da importância dos indivíduos qualificados e sobrequalificados na Dinamarca e na Suécia, da importância dos indivíduos qualificados na Finlândia e da importância dos indivíduos sobrequalificados na Islândia e na Noruega.

Como revela a Tabela 13, embora a importância dos indivíduos que possuem mais de um emprego seja reduzida nesses países, ela aumentou depois da crise. Normalmente, a remuneração e demais benefícios oferecidos por um emprego são considerados suficientes, mas a deterioração das condições do mercado de trabalho fez com que mais indivíduos fossem obrigados a recorrer a mais empregos para atender as suas necessidades e as necessidades de seus dependentes.

Tabela 13. Distribuição dos indivíduos que possuem mais de um emprego (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Empregados com mais de um emprego	8,1	7,7	8,0	8,3	9,1	8,8

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

No período considerado, a importância dos indivíduos empregados que possuem mais de um emprego foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Depois de 2008, essa importância cresceu em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Dinamarca e na Noruega.

Assim como o emprego, o desemprego foi afetado nos países nórdicos. A Tabela 14 revela que o desemprego tende a ser mais elevado entre os indivíduos jovens e adultos, homens, de menor escolaridade e estrangeiros. Depois da crise, esses grupos também foram os maiores prejudicados, na medida em que eles possuem menores garantias e que ocupam posições mais suscetíveis ao comportamento de expansão e de crise da economia.

Tabela 14. Taxa de desemprego por idade, gênero, escolaridade e nacionalidade (% da PEA). Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Por idade						
15 a 64 anos	12,1	17,1	15,7	14,7	13,7	13,5
Mais de 65 anos	3,1	5,6	5,1	5,1	5,1	4,9
Por gênero						
Homens (15 a 64 anos)	4,3	7,9	7,0	6,7	6,3	5,9
Mulheres (15 a 64 anos)	4,4	6,5	6,2	6,2	5,9	5,5
Por escolaridade						
Ensino secundário I (15 a 64 anos)	8,4	12,8	12,8	12,7	12,3	12,4
Ensino secundário II (15 a 64 anos)	3,7	6,9	6,0	6,1	5,7	5,2
Ensino terciário (15 a 64 anos)	2,4	3,9	3,6	4,0	4,0	3,7
Por nacionalidade						
Nacionais (15 a 64 anos)	4,5	6,7	6,2	6,2	6,1	5,8
Estrangeiros (15 a 64 anos)	10,9	15,5	15,1	15,0	15,7	14,2

Fonte: Eurostat. Elaboração própria. Obs.: PEA é a população economicamente ativa, isto é, o conjunto da força de trabalho.

Entretanto, existem diferenças importantes entre os países. No que se refere à idade, o desemprego foi maior entre os indivíduos de 15 a 64 anos do que entre os indivíduos com mais de 65 anos em todos os países. Depois da crise, os indivíduos de 15 a 64 anos foram mais afetados do que os indivíduos com mais de 65 anos. O desemprego entre os indivíduos de 15 a 64 anos foi maior na Finlândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia. Depois de 2008, ele chegou a crescer em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Islândia e na Suécia. Já o desemprego entre os indivíduos com mais de 64 anos foi maior na Finlândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia. Depois da crise, ele aumentou em todos os países e não se recuperou em nenhum deles.

Considerando o gênero, o desemprego foi maior entre os homens do que entre as mulheres na Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia, mas não na Dinamarca, onde ele foi maior entre as mulheres do que entre os homens. Depois da crise, os homens foram mais afetados que as mulheres em todos os países. O desemprego entre os homens foi maior na Finlândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia. Depois de 2008, ele chegou a crescer em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Islândia. Já o desemprego entre as mulheres foi maior na Finlândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia. Depois da crise, ele aumentou em todos os países e se recuperou apenas na Suécia.

No que se refere à escolaridade, o desemprego entre os indivíduos que possuem a primeira etapa do ensino secundário foi maior do que entre os que possuem a segunda etapa do ensino secundário, que foi maior do que entre os que possuem o ensino terciário em todos os países. Depois da crise, os indivíduos que possuem a primeira etapa do ensino secundário foram mais afetados em todos eles, seguidos pelos que possuem a segunda etapa do ensino secundário e pelos que possuem o ensino terciário. O desemprego entre os indivíduos que possuem a primeira etapa do ensino secundário foi maior na Suécia, seguida por Finlândia, Noruega, Dinamarca e Islândia. Depois de 2008, ele chegou a crescer em todos os países e não retornou ao patamar anterior à crise em nenhum deles. O desemprego entre os indivíduos com a segunda etapa do ensino secundário foi maior na Finlândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia. Depois da crise, ele aumentou em todos os países e se recuperou apenas na Suécia. E o desemprego entre os indivíduos com ensino terciário foi maior na Finlândia, seguido por Dinamarca, Suécia, Noruega e Islândia. Depois de 2008, cresceu em todos os países e não retornou ao patamar anterior à crise em nenhum deles.

Finalmente, considerando a nacionalidade, o desemprego foi maior entre os indivíduos estrangeiros do que entre os indivíduos nacionais em todos os países. Depois da crise, os indivíduos estrangeiros foram mais afetados que os indivíduos nacionais em todos eles. O desemprego entre os indivíduos nacionais foi maior na Finlândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia. Depois de 2008, ele chegou a crescer em todos os países, mas retornou ao patamar anterior à crise na Islândia e na Suécia. Já o desemprego entre os indivíduos estrangeiros foi maior na Suécia, seguida por Finlândia, Dinamarca, Noruega e Islândia. Depois da crise, ele aumentou em todos os países e se recuperou apenas na Finlândia e na Islândia.

Como demonstra a Tabela 15, a maior parte dos indivíduos desempregados nesses países estava nessa situação há menos de seis meses e, frequentemente, há menos de um mês. Depois da crise, houve um aumento do tempo de procura em função da maior dificuldade de encontrar um emprego, de modo que 40% dos desempregados estavam nessa situação há mais de um semestre e 25% há mais de um ano, em 2012.

Tabela 15. Distribuição dos desempregados pelo tempo decorrido (% do total de desempregados). Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Menos de 1 mês	29,0	16,1	17,9	19,4	20,2	22,8
Entre 1 e 2 meses	29,0	23,7	23,5	24,0	24,7	23,0
Entre 3 e 5 meses	16,9	20,2	18,5	18,3	17,3	16,9
Entre 6 e 11 meses	17,5	18,3	15,3	15,4	14,1	13,9
Mais de 12 meses	7,6	21,8	24,8	22,8	23,6	23,3

Fonte: OCDE. Elaboração própria. Obs.: Tempo decorrido desde o início do desemprego.

No período considerado, a maior parte dos indivíduos desempregados está nessa situação entre um e dois meses na Dinamarca, há mais de um ano na Finlândia, na Noruega e na Suécia, e há menos de um mês na Islândia. A importância dos indivíduos que estão desempregados há menos de um mês foi maior na Islândia, a importância dos indivíduos que estão nessa situação entre um e dois meses foi maior na Finlândia, a importância dos indivíduos que estão nessa situação entre três a cinco meses foi maior na Dinamarca, a importância dos indivíduos que estão nessa situação entre seis e onze meses foi maior na Suécia e a importância dos indivíduos que estão nessa situação há mais de um ano foi maior na Noruega. Depois da crise, houve um aumento da importância dos indivíduos desempregados entre três e cinco meses, entre seis e onze meses e há mais de um ano na Dinamarca, entre seis e onze meses e há mais de um ano na Finlândia, na Noruega e na Suécia, e há menos de um mês e entre três a cinco meses na Islândia.

Nos países nórdicos, a legislação trabalhista estabelecer as condições mínimas de trabalho e é complementada por acordos derivados da negociação entre representantes dos empregados e dos empregadores intermediados pelo Estado nos níveis nacional, dos setores e das empresas. A crise aprofundou a tendência de descentralização das negociações coletivas do nível nacional para o nível dos setores e das empresas e do estabelecimento de acordos menos favoráveis.⁵

A Tabela 16 demonstra que a importância dos indivíduos empregados filiados a sindicatos é elevada nesses países e não apenas porque os sindicatos participam das negociações coletivas que determinam as regras sobre as condições de trabalho. De fato, a filiação aos sindicatos frequentemente assegura benefícios fiscais e facilita o acesso a determinados benefícios em dinheiro e benefícios em espécie.

⁵ Sobre a importância dos acordos de negociação coletiva nos países nórdicos, ver Clawaert et al. (2012), Andersen, Dølvik, e Ibsen (2014), Grundfelder, Rispling, e Norlen (2018).

Tabela 16. Proporção dos empregados filiados a sindicatos (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2014 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Empregados filiados a sindicatos	68,2	68,9	68,6	69,2	-	-

Fonte: OCDE. Elaboração própria.

No período em questão, a importância dos indivíduos que são filiados a sindicatos foi maior na Islândia, seguida por Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega. Depois de 2008, essa importância chegou a cair na Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, mas retornou ao patamar anterior à crise na Dinamarca e na Noruega.

Como explicita a Tabela 17, a importância dos indivíduos cobertos por acordos de negociação coletiva é muito elevada nesses países, uma vez que esses acordos cobrem também grande parte dos indivíduos empregados que não são filiados a sindicatos.

Tabela 17. Proporção dos empregados cobertos por acordo de negociação coletiva (% do total de empregados). Países nórdicos: 2008 a 2014 (ou anos mais próximos).

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Cobertura dos acordos coletivos	83,3	81,2	83,9	84,1	-	-

Fonte: OCDE. Elaboração própria.

No período considerado, a importância dos indivíduos cobertos pelos acordos de negociação coletiva foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Finlândia, Dinamarca e Noruega. Depois da crise, essa importância diminuiu na Finlândia, Noruega e Suécia e se recuperou apenas na Finlândia.

A Tabela 18 explicita que os acordos evitaram pressionar por aumentos de salários consideráveis nos países nórdicos. Tradicionalmente, os salários são determinados nesses países primeiro nos setores exportadores e depois nos demais setores da economia e levam em consideração o crescimento da produtividade, a fim de evitar o aumento excessivo dos custos unitários de produção e, assim, favorecer a competitividade externa da economia. Depois da crise, os acordos priorizaram a contenção dos salários como forma de tentar facilitar o processo de recuperação, fazendo com que eles não crescessem ou crescessem muito pouco.

No período em questão, o salário médio cresceu mais na Suécia, seguida por Noruega, Dinamarca, Finlândia e Islândia. Depois de 2008, ele chegou a cair na Dinamarca, Finlândia, Islândia e Noruega, mas retornou ao patamar anterior à crise em todos esses países nórdicos.

**Tabela 18. Evolução do salário médio (2008=100).
Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).**

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Salário médio (índice)	100,0	95,8	98,1	100,5	104,9	104,3

Fonte: OCDE. Elaboração própria. Obs.: Índice calculado a partir de valores em moeda nacional a preços de 2010.

Como evidencia a Tabela 19, a importância da remuneração do trabalho é menor do que a dos outros componentes da renda nesses países. Essa importância aumentou depois da crise mesmo com a política de contenção dos salários, o que significa que houve um constrangimento ainda maior dos demais componentes da renda.

**Tabela 19. Participação da remuneração do trabalho na renda nacional (% do PIB).
Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).**

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Participação dos rendimentos do trabalho	47,8	47,7	48,6	49,0	49,5	49,6

Fonte: Organização Internacional do Trabalho. Elaboração própria.

No período considerado, a importância da renda é maior que a dos demais componentes da renda na Dinamarca e na Islândia e menor na Finlândia, Noruega e Suécia. Essa importância é maior na Islândia, seguida por Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia. Depois da crise, ela diminuiu na Dinamarca, Finlândia, Islândia e Noruega e se recuperou apenas na Islândia e Noruega.

A Tabela 20 evidencia, por meio de um indicador do grau de rigidez das regras para demissão individual e demissão coletiva (em que zero corresponde à inexistência de rigidez e seis corresponde ao maior grau de rigidez), que as regras para demissão não são muito restritivas nos países nórdicos, em comparação com as de países com legislações trabalhistas mais rigorosas. De fato, a prioridade não é impedir a demissão, mas manter o indivíduo com uma renda enquanto ele procura um novo emprego e apoiar esse indivíduo para que ele encontre esse novo emprego o mais rápido possível. Depois da crise, a rigidez das regras para demissão permaneceu praticamente inalterada.

**Tabela 20. Grau de rigidez das regras para demissões individuais e coletivas.
Países nórdicos: 2008 a 2014 (ou anos mais próximos).**

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Restrições à demissão	2,3	2,3	2,4	2,4	-	-

Fonte: OCDE. Elaboração própria. Obs.: O grau de rigidez varia entre 0 (totalmente flexível) e 6 (totalmente rígido).

No período considerado, as restrições para demissão de funcionários eram maiores maior na Suécia, seguida por Islândia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Depois da crise, elas aumentaram apenas na Dinamarca.

Tabela 21. Condições de trabalho segundo diferentes critérios (% do total de empregados). Países nórdicos: 2010 e 2016 (ou anos mais próximos).

	2010	2016
Satisfeitos com as condições de trabalho	90,3	90,5
Acreditam que a saúde e a segurança estão em risco	25,5	26,8
Receberam treinamento pago pelo empregador	47,8	46,8
Receberam treinamento na empresa	50,3	51,0
Acreditam que tem perspectivas de avanço na carreira	33,0	42,8
Sofreram discriminação no local de trabalho	6,8	8,0
Tem tempo suficiente para realizar as tarefas	74,5	71,5
Pode escolher a ordem das tarefas	82,3	82,0
Pode escolher o método para realizar as tarefas	82,3	81,3
Pode escolher o ritmo de trabalho	78,0	77,5
Pode escolher o momento para descansar	60,5	58,0
Pode influenciar decisões importantes para o trabalho	52,0	57,3
Horas de trabalho compatíveis com questões pessoais	89,0	86,0
Fácil resolver questões pessoais nas horas de trabalho	81,0	79,3
Horas de trabalho parcialmente definidas pelo empregador	57,0	64,0
Trabalha a mesma quantidade de horas todos os dias	45,3	41,0
Trabalha a mesma quantidade de horas toda semana	58,0	49,3
Trabalha mais de 10 horas por dia mais de uma vez ao mês	46,8	50,5
Trabalha mais de 40 horas por semana	17,3	19,0
Há representação dos empregados na empresa	75,0	76,8

Fonte: Eurofound. European Working Conditions Survey (EWCS). Elaboração própria.

Como mostra a Tabela 21, as condições de trabalho relacionadas à discriminação, à autonomia, à jornada, descanso e férias, à saúde, higiene e segurança e à representação e participação nas empresas tendem a ser elevadas nesses países, mas o fato de que grande parte delas é estabelecida por meio de acordos coletivos e que esses acordos têm buscado reduzir as regras, elas tendem a ser inferiores às de países com legislações trabalhistas rigorosas. Esses países se destacam pela grande autonomia dos empregados para organizar as horas de trabalho e as tarefas dentro desse período, pelo investimento dos empregadores na qualificação dos empregados e pela elevada representatividade e participação dos

empregados nas empresas e em suas decisões. Depois da crise, houve uma deterioração das condições de trabalho no que se refere ao aumento do risco à saúde e à segurança, ao aumento da discriminação no local de trabalho, à redução do tempo para realizar as tarefas, à redução da autonomia para determinar a ordem das tarefas, o método para realizar as tarefas e o ritmo de trabalho, à redução da liberdade para escolher o momento para descansar durante as horas de trabalho, à redução da compatibilidade entre as horas de trabalho e outras responsabilidades pessoais, ao aumento da dificuldade de resolver questões pessoais durante as horas de trabalho, ao aumento das horas trabalhadas por dia e ao aumento das horas trabalhadas por semana.

Mas há importantes diferenças entre os países nórdicos. A importância dos empregados que estão satisfeitos com as condições de trabalho, têm tempo suficiente para realizar as tarefas, podem escolher o método para realizar as tarefas, têm horas de trabalho compatíveis com questões pessoais, podem facilmente resolver questões pessoais durante as horas de trabalho, trabalham a mesma quantidade de horas todos os dias e trabalham a mesma quantidade de horas toda semana foi maior na Noruega, a importância dos empregados que acreditam que a saúde e a segurança estão em risco em função do trabalho, sofreram discriminação no local de trabalho, têm horas de trabalho não totalmente definidas pelo empregador, trabalham mais de 10 horas por dia mais de uma vez por mês, trabalham mais de 40 horas por semana e possuem representantes na empresa em que trabalham foi maior na Suécia, a importância dos empregados que receberam treinamento pago pelo empregador, receberam treinamento na empresa, podem livremente escolher o momento de descansar e podem influenciar decisões importantes para o trabalho foi maior na Finlândia, e a importância dos empregados que acreditam que têm perspectivas de avançar na carreira, podem escolher a ordem das tarefas e podem escolher o ritmo de trabalho foi maior na Dinamarca.

Depois da crise, houve um aumento da importância dos empregados que acreditam que a saúde e a segurança estão em risco em função do trabalho, receberam treinamento na empresa, acreditam que têm perspectivas de avançar na carreira, podem influenciar decisões importantes para o trabalho, têm horas não totalmente definidas pelo empregador e trabalham mais de 10 horas por dia mais de uma vez por mês na Dinamarca, um aumento da importância dos empregados satisfeitos com as condições de trabalho, que receberam treinamento pago pelo empregador, que acreditam que tem perspectivas de avanço na carreira, que podem escolher livremente quando descansar, que podem influenciar decisões importantes para o trabalho, que podem facilmente resolver questões pessoais durante as horas de trabalho, que têm horas de trabalho não totalmente definidas pelo empregador e que trabalham mais de 10 horas por dia mais de uma vez por mês na Finlândia, um aumento

da importância dos empregados que estão satisfeitos com as condições de trabalho, receberam treinamento pago pelo empregador, receberam treinamento na empresa, acreditam que têm perspectivas de avançar na carreira, sofreram discriminação, têm tempo suficiente para realizar as tarefas, podem escolher o ritmo de trabalho, podem influenciar decisões importantes para o trabalho, podem facilmente resolver questões pessoais durante as horas de trabalho, têm horas de trabalho não totalmente determinadas pelo empregador, trabalham mais de 10 horas por dia mais de uma vez por mês e trabalham mais de 40 horas por semana na Noruega, e um aumento da importância dos empregados que acreditam que a saúde e a segurança estão em risco em função do trabalho, receberam treinamento na empresa, acreditam que têm perspectivas de avançar na carreira, sofreram discriminação, podem escolher o método para realizar as tarefas, podem influenciar decisões importantes para o trabalho, têm horas de trabalho não totalmente determinadas pelo empregador, trabalham mais de 10 horas por dia mais de uma vez por mês, trabalham mais de 40 horas por semana e têm representação na empresa em que trabalham na Suécia.

**Tabela 22. Duração média da vida laboral (em anos).
Países nórdicos: 2008 a 2018 (ou anos mais próximos).**

	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Duração da vida laboral	40,6	40,1	40,3	40,7	41,3	41,3

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

Por fim, a Tabela 22 mostra que a duração média da vida laboral é elevada nos países nórdicos, o que se deve mais aos incentivos para a permanência no mercado de trabalho do que à rigidez das regras de acesso e ao valor da pensão por idade. Entretanto, desde 2010, o aumento dos incentivos para permanência no mercado de trabalho, o aumento da rigidez das regras de acesso e a redução do valor da pensão por idade contribuíram para aumentar essa duração.

No período considerado, a duração da vida laboral foi maior na Islândia, seguida por Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Depois da crise, ela aumentou em todos os países e se recuperou apenas na Dinamarca e na Noruega.

Conclusão

Nos países nórdicos, o Estado assumiu um papel mais contundente no atendimento das necessidades das pessoas relativamente ao mercado e à família e demais formas tradicionais de provisão por meio da mobilização da política econômica e da política social.

Esse processo avançou após o fim da Segunda Guerra Mundial, mas perdeu força a partir da década de 1970, sobretudo depois da crise financeira de 2008 e da crise migratória de 2015.

Ainda que os países nórdicos continuem em uma posição muito mais favorável que outros países, a maior resistência em mobilizar a política econômica e a política social se refletiu na deterioração das condições do mercado de trabalho, incluindo a redução do emprego, o aumento dos empregos com contratos de trabalho atípicos, o aumento dos que precisam recorrer a mais de um emprego, a piora das condições de trabalho, o aumento do desemprego e o aumento da duração do desemprego. E, ainda que todos tenham sido afetados, os homens, os jovens, os com menor escolaridade e os estrangeiros foram os grupos mais prejudicados nesse processo.

Por isso, ao longo daquele período, lideranças sindicais e expoentes do pensamento progressista reivindicaram que esses países retomassem, com um ímpeto novo e ainda mais forte, o exemplar projeto de construção do “lar do povo”, em que prevalece a solidariedade derivada da empatia, da consideração, da tolerância e do respeito mútuos.

Referências

Abrahamson, P. (1999). The Scandinavian model of welfare. In P. Abrahamson (Org.), *Comparing social welfare systems in Nordic Europe and France* (pp. 31-60). MiRe-DREES.

Alestalo, M., & Kuhnle, S. (1986). The Scandinavian route: Economic, social and political developments in Denmark, Finland, Norway and Sweden. *International Journal of Sociology*, 16(3), 1–38. <https://doi.org/10.1080/15579336.1986.11769909>

Andersen, S., Dølvik, J., & Ibsen, C. (2014). Nordic labour market models in open markets. [ETUI Report, n. 132], European Trade Union Institute. <https://www.etui.org/publications/reports/nordic-labour-market-models-in-open-markets>

Bjørnson, Ø. (2001). The social democrats and the Norwegian welfare state: Some perspectives. *Scandinavia Journal of History*, 26(3), 197–223. <https://doi.org/10.1080/034687501750303855>

Careja, R., Elmelund-Præstekær, C., Klitgaard, M., & Larsen, E. (2016). Direct and indirect welfare chauvinism as party strategies: An analysis of the Danish People’s Party. *Scandinavian Political Studies*, 39(4), 435–457. <https://doi.org/10.1111/1467-9477.12075>

Christiansen, N. (2006). *The Nordic model of welfare: A historical reappraisal*. University of Copenhagen Press.

Christiansen, N., & Petersen, K. (2001). The dynamics of social solidarity: The Danish welfare state, 1900-2000. *Scandinavia Journal of History*, 26(3), 177–196. <https://doi.org/10.1080/034687501750303846>

Clauwaert, S., Schömann, I, Büttgen, N., & Rasnača, Z. (2012). The crisis and national labour law reforms: A mapping exercise. [ETUI Working Paper, 2012.04], European Trade Union Institute. <https://www.etui.org/publications/working-papers/the-crisis-and-national-labour-law-reforms-a-mapping-exercise>

Erikson, R., Hansen, E., Ringen, S., & Uusitalo, H. (Eds.) (1987). *The Scandinavian model: Welfare states and welfare research*. M. E. Sharpe.

Esping-Andersen, G. (1990). *Three worlds of welfare capitalism*. Princeton University Press.

Esping-Andersen, G., & Korpi, W. (1987). From poor relief to institutional welfare states: The development of Scandinavian social policy. *International Journal of Sociology*, 16(3), 39–74. <https://www.jstor.org/stable/20629942>

Flora, P. (1986). *Growth to limits: The western European welfare states since World War II* (Vol. 1: Sweden, Norway, Finland and Denmark). Walter de Gruyter.

Grundfelder, J., Rispling, L., & Norlen, G. (Eds.) (2018). *State of Nordic region 2018*. Nordic Council of Ministers. <https://norden.diva-portal.org/smash/get/diva2:1180241/FULLTEXT01.pdf>

Jonsson, G. (2001). The Icelandic welfare state in the twentieth century. *Scandinavia Journal of History*, 26(3), 249–267. <https://doi.org/10.1080/034687501750303873>

Kananen, J. (2014). *The Nordic welfare state in three eras: From emancipation to discipline*. Ashgate.

Kangas, O., & Kvist, J. (2019). Nordic welfare states. In B. Greve (Org.), *Routledge handbook of the welfare state* (2nd ed., pp. 124-136). Routledge.

Kangas, O., & Palme, J. (Eds.) (2005). *Social policy and economic development in the Nordic countries*. Palgrave MacMillan.

Kautto, M. (2010). The Nordic countries. In F. Castles, S. Leibfried, J. Lewis, H. Obinger, & C. Pierson (Orgs.), *The Oxford handbook of the welfare state* (pp. 586-600). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199579396.003.0040>

Kautto, M., Fritzell, J., Hvinden, B., Kvist, J., & Uusitalo, H. (Eds.) (2001). *Nordic welfare states in the European context*. Routledge.

Kautto, M., Heikkilä, M., Hvinden, B., Marklund, S., & Ploug, N. (Eds.) (1999). *Nordic social policy: changing welfare states*. Routledge.

Kautto, M., & Kvist, J. (2002). Parallel trends, persistent diversity: Nordic welfare states in the European and global context. *Global Social Policy*, 2(2), 189–208. <https://doi.org/10.1177/1468018102002002741>

Kettunen, P. (2001). The Nordic welfare state in Finland. *Scandinavia Journal of History*, 26(3), 225–247. <http://dx.doi.org/10.1080/034687501750303864>

Kolberg, J. & Esping-Andersen, G. (1991). Welfare states and employment regimes. *International Journal of Sociology*, 21(3), 3–35. <https://www.jstor.org/stable/20630064>

Kuhnle, S. (1978). The beginnings of the Nordic welfare states: Similarities and differences. *Acta Sociologica*, 21(1 suppl.), 9–33. <https://doi.org/10.1177/000169937802101s02>

Kuhnle, S., & Horst, S. (2004). The developmental welfare state in Scandinavia: Lessons for the developing world. [Social Policy and Development Programme Paper, n. 17], United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD). <https://cdn.unrisd.org/assets/library/papers/pdf-files/kuhnle.pdf>

Kvist, J., Fritzell, J., Hvinden, B., & Kangas, O. (Eds.) (2012). *Changing social equality: The Nordic welfare model in the 21st century*. Policy Press.

Lundberg, U., & Åmark, K. (2001). Social rights and social security: The Swedish welfare state, 1900-2000. *Scandinavia Journal of History*, 26(3), 157–176. <https://doi.org/10.1080/034687501750303837>

Madsen, P. (2007). Flexicurity: a new perspective on labour markets and welfare states in Europe. *Tilburg Law Review: Journal of International and Comparative Law*, 14(1-2), 57–79. <https://doi.org/10.1163/221125907X00056>

Stephens, J. (1996). The Scandinavian welfare states: Achievements, crisis and prospects. In G. Esping-Andersen (Org.), *Welfare states in transition: National adaptations in global economies* (pp. 32-65). Sage Publications.

Wilthagen, T., & Tros, F. (2004). The concept of flexicurity: a new approach to regulating employment and labour markets. *European Review of Labour and Research*, 10(2), 166–186. <https://doi.org/10.1177/102425890401000204>

Wolf, P. J. W. (2019). *O projeto de integração regional e os estados de bem-estar social da Europa Ocidental: Análise do período recente (2008-2016)*. (Tese, Doutorado em Ciência Econômica). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Brasil. <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1089590>

30

Recebido em 16 de novembro de 2022.

Aprovado em 20 de maio de 2023.